

LIMITAÇÕES E POTENCIALIDADES DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) EM DIFERENTES REGIÕES DO BRASIL

LIMITATIONS AND POTENTIALITIES OF THE FOOD ACQUISITION PROGRAM (PAA) IN DIFFERENT REGIONS OF BRAZIL

Kamila Anielle dos Santos Martins¹
Lucas Giovani Pastore Bernardi²
Carolina Rios Thomson³

RESUMO

As políticas públicas têm por finalidade intervir nas questões voltadas a administração governamental, como educação, saúde, economia, emprego, renda e segurança. Existem políticas públicas que são voltadas para o desenvolvimento de agricultores familiares. Dentre as políticas públicas criadas para fomentar a agricultura familiar, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) se mostrou uma importante ferramenta de complemento de renda de agricultores familiares. Este programa objetiva, além de desenvolver a agricultura, garantir a segurança do fornecimento de alimentos para grupos que apresentam insegurança alimentar. Mesmo com inúmeros pontos positivos para ambos lados que são beneficiados com a aplicação deste programa, vários desafios podem ser apontados na funcionalidade do PAA, partindo da hipótese de que muitas dessas falhas de execução, nos últimos anos, têm relação com as questões de políticas atuais, priorização de verbas, entre outros problemas listados. Diante disso, o presente estudo visa analisar relatos e dados em literatura que corroborem ou reprovem a hipótese apontada, buscando indicações para falhas em diferentes temáticas na operacionalização do PAA e em diferentes regiões do Brasil na atual conjuntura política e ao longo dos anos. É relatado como conclusão que uma das principais dificuldades dos agricultores familiares é a questão do aporte tecnológico para agregação de valor ao produto, além da falta de financiamento inicial para a produção e a falta de fiscalização dentro desta política e também de extensão do conhecimento para os agricultores foram outros fatores abordados em estudos publicados. Melhorias na funcionalidade do programa, como maior extensão do conhecimento e fiscalização dos produtores podem ser apontadas.

Palavras-Chave: Segurança Alimentar; Desenvolvimento Territorial; Políticas Públicas.

1 - Graduanda em Engenharia Agrônômica pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) - Campus Lagoa do Sino – e-mail: kamila.anielle.martins@outlook.com.br

2 - Graduando em Engenharia Agrônômica pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) - Campus Lagoa do Sino – e-mail: lbernardi.agro@gmail.com

3 - Graduada em Ciências Sociais, doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) - e-mail: carolina.thomson@yahoo.com.br

ABSTRACT

Public policies are tools for intervening in issues related to public administration, such as education, health, economy, employment, income and security. There are public policies that are geared towards the development of family farmers. Among the public policies created to promote family farming, the Food Acquisition Program (PAA) has proved to be an important income supplementary tool for family farmers. The objective of this program, in addition to developing agriculture, to ensure food security for food insecure groups. Even with a number of positive points for both sides benefiting from the application of this program, several challenges can be pointed out in the PAA functionality, assuming that many of these implementation failures in recent years are related to current policy issues, prioritization of funds, among other listed problems. The present study aims to analyze reports and data in literature that corroborate or reprove the hypothesis pointed out, seeking indications for failures in different thematic areas in the operationalization of PAA and in different regions of Brazil in the current political conjuncture and over the years. It is concluded that one of the main difficulties of family farmers is the question of the technological contribution to aggregate value to the product, in addition to the lack of initial financing for production and the lack of supervision within this policy and the extension of knowledge to farmers were other factors addressed in published studies. Improvements in the functionality of the program, as further extension of the knowledge and inspection of the producers can be pointed out.

Keywords: Food safety; Territorial Development; Public policies.

INTRODUÇÃO

As políticas públicas têm a finalidade de intervir nas questões voltadas a administração governamental, como educação, saúde, economia, emprego, renda e segurança. Em geral, a formação e aplicação das políticas públicas tem relação com as pressões e demandas estabelecidas pela sociedade. No meio rural, as políticas atendem as necessidades de mercado das atividades agrícolas, produção de alimentos e matérias-primas. (REIS, 2015).

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2003, tem como objetivo garantir a segurança do fornecimento de alimentos em quantidade, qualidade e continuidade apropriada para grupos que apresentam condições de insegurança alimentar e nutricional, mantendo a inclusão social. Essa política também estimula o crescimento da agricultura. Por meio do programa, o governo compra os alimentos gerados pela agricultura familiar, através de licitação, oferecendo-os a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, além das que são atendidas pela rede socioassistencial e pelos equipamentos públicos de alimentação e nutrição (CONAB, 2012).

Os alimentos que são adquiridos pelo programa são destinados a abrigos, hospitais, creches, instituições públicas, restaurantes populares e são doados para as populações em situação de insegurança alimentar. Essas últimas são cadastradas em programas de assistência estatal ou beneficente. Em outro tipo de modalidade do PAA, os alimentos também podem ser destinados a geração de estoques públicos. (SIMÃO, 2017).

O programa, resumidamente, é voltado para a compra pública de produtos (in natura e processados) da agricultura familiar, garantindo preços e apoiando os agricultores com menor capital.

O PAA é regido por cinco modalidades diferentes, são elas, doação simultânea, compra direta, formação de estoques, PAA leite e compra institucional. Seu orçamento era originalmente constituído pelos recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome (MDS) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (CONAB, 2012). O MDA foi extinto em 2016, atualmente transformado em Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead), alocada na Casa Civil.

A modalidade doação simultânea consiste na compra de alimentos diversos e doação às entidades da rede socioassistencial e tem por objetivo atender demandas locais de suplementação alimentar de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. (MOUREIRA, 2014). Na modalidade compra direta, os produtos que serão comprados é definido pelo Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos – GGPAA, que tem a finalidade de sustentar preços, atender a demandas de programas de acesso à alimentação e das redes socioassistenciais e constituir estoques públicos.

Na modalidade formação de estoques ocorre o apoio financeiro para a constituição de estoques de alimentos por organizações fornecedoras para posterior comercialização e devolução de recursos ao Poder Público ou destinação aos estoques públicos. A modalidade PAA leite se baseia na compra de leite que, após o beneficiamento, é doado aos beneficiários consumidores, atendendo às demandas locais de suplementação alimentar de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. Por fim, na modalidade Compra Institucional, ocorre a compra da agricultura familiar voltada ao atendimento de consumo de alimentos por parte da União, Estados, Distrito Federal e Municípios (MOUREIRA, 2014).

O PAA garante a comercialização dos produtos da agricultura familiar, estabelecendo preços mínimos e assegurando a garantia da compra governamental dos alimentos, articulando a produção para os mercados locais. Por apresentar várias modalidades, Corrêa (2008) salienta o fato de que a tendência do programa é auxiliar as linhas que só podem ser acessadas mediante organizações coletivas, com o intuito de contribuir para a organização, a autonomia e o aprendizado dos agricultores. (SODRÉ e SALAMONI, 2016).

O objetivo deste trabalho é expor os avanços e limitações encontrados no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no território Brasileiro, com o apoio da literatura, por meio da qual foram analisados artigos e teses para chegar as conclusões apontadas.

METODOLOGIA

O Presente trabalho foi realizado a partir da revisão bibliográfica de quatro artigos e duas teses, que analisam a implementação do PAA em diferentes territórios brasileiros, avaliando seus principais aspectos, como os impactos na segurança alimentar da sociedade e para a agricultura familiar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Entende-se que a finalidade das políticas públicas são voltadas para dar suporte as atividades agropecuárias, como o incentivo de ações de pesquisas, de extensão, da construção de infraestrutura física e o suporte creditício. (LAMOUNIER, 1994).

Paula, Gomes e Tracz (2017), em análise no trabalho “Novo Ciclo Neoliberal no Brasil: Desmontando as Políticas Públicas Para a Agricultura Camponesa” ressaltam que, com a administração do governo do Partido dos trabalhadores (PT), principalmente entre o período de 2006 a 2010, o Brasil voltou a investir em projetos de investimentos em infraestrutura e dinamização da economia. Neste contexto, o PAA surge para adquirir a

produção dos agricultores familiares, sendo uma ferramenta de auxílio aos produtores na garantia de preço e venda em parte de sua produção (BITTENCOURT, 2010).

Entretanto, a partir de 2010, outro cenário é encontrado pelos camponeses e movimentos sociais. Este novo cenário marca um decréscimo da criação de assentamentos da Reforma Agrária e verba para os pequenos produtores, e um maior fomento ao agronegócio com a priorização do “Programa de Aceleração do Crescimento”.

Os principais objetivos do PAA são incentivar a agricultura familiar, aumentar o consumo e a valorização dos alimentos vindos da agricultura familiar, favorecer o acesso à alimentação de qualidade e quantidade adequada, levando em conta a segurança do alimento, promover o abastecimento alimentar por meio das compras governamentais de alimentos, constituir estoques públicos e apoiar a construção de estoques pelas cooperativas e organizações (REIS, 2017).

Neste sentido, em levantamento quantitativo da distribuição do PAA entre diferentes regiões do Brasil, de acordo com dados da Secretaria da Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) entre os anos de 2003 a 2012, é observado que, no início do programa (2003 e 2004) a região Nordeste foi a mais beneficiada, devido ao programa Fome Zero. As regiões Centro-Oeste e Norte não tiveram participação significativa ao longo deste período no volume de recursos aplicados, podendo ser explicado o baixo investimento na região Centro-Oeste devido a cultura da agricultura patronal e, na região Norte, o número de agricultores familiares é menor do que nas demais regiões do Brasil.

Mudanças na funcionalidade do PAA em 2006 aumentaram o valor do investimento da política na região Sul. Com a entrada do MDA no financiamento do PAA, o objetivo principal tornou-se o fomento e estímulo da comercialização local, atuando como política de preços aos produtores mais organizados e capitalizados (GRANDO; FERREIRA, 2013). A região sudeste foi a que se mostrou a mais estável entre 2003 a 2012, sendo a principal causa disso a boa administração da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) na compra direta da agricultura familiar, formação de estoque e doação simultânea, sendo estas as 3 modalidades bases do PAA. (OLIVEIRA, 2015).

Oliveira (2015) em seu trabalho, observa que há entraves para acesso ao PAA devido a extensão territorial da região, principalmente no Norte, sendo estes problemas de falta de infraestrutura e integração via políticas públicas e hidrografia.

Além dos entraves já citados, o mercado de alimentos orgânicos enfrenta uma série de problemas, relacionadas e não relacionadas ao PAA, que dificultam a comercialização via esta política pública. O mercado orgânico vem crescendo ao longo dos últimos anos, devido aos inúmeros benefícios do consumo de seus produtos e a preferência da população por alimentos mais saudáveis. Esse aumento de produção do mercado orgânico é contatado por Flaten et al. (2010). Também segundo Borguini e Torres (2006), o consumo de produtos orgânicos, embora venha crescendo sua produção, enfrenta a dificuldade da disponibilização da mercadoria com elevados valores e também a baixa diversificação de produtos.

A partir das observações feitas anteriormente sobre a produção orgânica, foi observado por Pádua-Gomes, Gomes e Padovan (2015) que 76% dos produtores orgânicos familiares de Mato Grosso do Sul não possuem a certificação. Do total dos produtores orgânicos, apenas 47% destes agregam valor ao produto. São apontados como maiores dificuldades e necessidades para melhorar a agregação de valor: certificação municipal para comercialização; maior extensão do conhecimento técnico a respeito do orgânico e o investimento em tecnologias e estrutura adequada, sendo este último apontado como maior necessidade.

Além dos produtos orgânicos, outro ramo que demonstra acréscimo na produção e efetividade de venda são os produtos com valor agregado, sendo visto por Vilckas e Nantes (2007) como fator fundamental para os produtores devido a maior competitividade do produto no mercado e rotulagem dos mesmos, sendo produzidos de acordo com as normas de produção orgânica e certificação de produção, sendo esta a agregação de valor (BORGUINI; TORRES, 2006).

Em análise aos dados disponibilizados pela Companhia Nacional de Abastecimento (BRASIL, 2012), o PAA demonstra desenvolvimento construtivo entre 2003 e 2012, aumentando o número de famílias no programa até então, sendo esta melhoria das condições dos produtores também justificada pelo aumento da renda dos mesmos. Entretanto, a política não funciona da maneira que deveria para todos os produtores, sendo que esta funcionaria como uma complementação da renda e, para os agricultores marginalizados, os que são a grande maioria dos que tem acesso ao PAA, a comercialização por esta política pública se torna a principal fonte de renda.

No Sul e Sudeste, especialmente, Oliveira (2015) constata em sua análise a maior quantidade de produtos de valor agregado comercializados no PAA, enquanto na região Norte destaca-se a produção de frutas e iguarias típicas da região. Já na região Nordeste, a partir do ano de 2005, houve uma queda de produtos oferecidos ao PAA que pode ser justificada com o fim da modalidade de Compra Antecipada Especial da agricultura familiar, que fomentava previamente a produção dos agricultores auxiliando-os com melhores estruturas no plantio.

Em termos gerais no Brasil, o acesso ao PAA, a partir de 2013, enfrentou uma queda sendo apenas 3% dos estabelecimentos familiares com acesso ao programa. Pádua-Gomes, Gomes e Padovan (2015) justifica essa queda devido à investigação “agrofantasma” da polícia federal, que teve destaque em setembro de 2013 com investigação de irregularidades na operação do PAA, juntamente com o atraso do pagamento dos produtos aos camponeses.

Segundo artigo lido, utilizado como base para elaboração deste trabalho, Grisa, Schmitt, Mattei, Maluf e Leite (2010), o PAA apresenta vários benefícios e contribuições importantes para a sociedade, porém existem algumas limitações que impedem a operacionalização e um melhor desempenho do programa, não comprometendo, entretanto, sua continuidade. O principal problema encontrado foi a falta de divulgação do programa, o conhecimento do programa, impedindo que um número maior de agricultores tenha acesso. Há uma preocupação dos gestores relacionada ao descompasso efetivo entre o aumento do número de produtores que querem acessar o PAA e a sua oferta orçamentária, sendo um dos motivos da falta de divulgação. Outra limitação é a seleção dos agricultores beneficiários, os estudos demonstram a escolha das áreas beneficiadas como um limite do PAA dado que, a regra, é seguir o critério de oferta alimentar e a demanda das organizações solicitantes do programa e não de elevado retorno social, onde a insegurança alimentar reconhece maior gravidade e a agricultura familiar é menos consolidada.

Outro fator negativo é a documentação imposta para acessar o programa, agricultores familiares, pescadores e extrativistas apontaram a obrigação da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP) como o fundamental problema (CORDEIRO,2007) relacionado ao acesso ao PAA. O atraso na liberação dos recursos também se revelou um problema de grande importância. A dificuldade no transporte dos produtos do local de produção até o consumo também é uma limitação relevante, por apresentar grandes distâncias, rodovias em péssimas condições, carência de veículos e custo elevado. A falta de assistência técnica também é um fator limitante, alguns produtores têm dificuldades em organizar, planejar a produção

e atingir os padrões de qualidade estabelecido. E por último, à limitação com relação a estrutura de armazenamento e conservação dos produtos, até o momento de consumo.

Outro artigo analisado para a realização deste estudo demonstra, por outro lado, que ocorreram mudanças positivas com a implementação do PAA em assentamentos do estado de São Paulo (MARQUES; MOAL; ANDRADE, 2014). O trabalho aponta que o favorecimento que do dispositivo Compra Direta da Agricultura Familiar para Doação Simultânea do Programa de Aquisição de Alimentos facilita a disseminação de novas perspectivas para os assentamentos, provenientes do referencial em germinação de circuitos curtos de proximidade. O artigo também esclarece o fato da população saber que os agricultores assentados produzem alimentos para instituições de assistência social, graças ao PAA, leva a uma visão positiva sobre as famílias assentadas. O programa possibilita uma estabilidade de produção e contribui a multiplicação das vias de comercialização.

A dissertação de Muller (2007), no mesmo sentido, demonstra que o programa mostra uma nova direção das políticas públicas para a agricultura familiar, por ser mais próximo da sociedade civil, mais calcado na organização dos próprios agricultores, e possuir uma estrutura que lida com uma produção mais diversificada. Sua criação proporciona para a agricultura familiar acesso a mercados institucionais que antes eram dominados por corporações, como alimentação para merenda escolar, hospitais, entre outros. Sendo encarado como um programa doador de alimentos, não sendo mais um articulador de mercados. O ponto negativo encontrado foi com relação ao estoque, pois o PAA foi criado com a finalidade de ser um instrumento de política agrícola local, de fomento da economia local. A construção de estoques não era o objetivo, por não atender as demandas imediatas geradas pelos programas de transferências de renda.

Os trabalhos de Dos Reis (2017), Sodré e Salamoni (2016) e Simão, De Freitas, Silva et al. (2015) analisaram os principais entraves de execução da política pública do PAA através de diferentes métodos para coleta de dados e informações sobre o sistema e suas possíveis falhas. De Freitas, Silva et al. (2015) relatam que, por meio de entrevistas em quatro municípios do estado de Minas Gerais, os agricultores que participam do programa apontaram não ter problemas com as entidades receptoras de alimentos, principalmente a Conab. Entretanto, foi observado que há falta de informação para o agricultor a respeito do PAA e critérios de avaliação para participação do mesmo, como prestação de contas e prazos a serem cumpridos. A respeito desta falha, a própria Conab admite a falta de extensão e treinamento. Essa deficiência na comunicação acarreta outros problemas como: demora no pagamento e demora no processo de análise dos projetos. O autor ressalta a necessidade de melhorias na implantação e operacionalização do PAA.

As limitações territoriais sobre a execução do PAA do restaurante da Universidade Federal de Pelotas foram discutidas por Sodré e Salamoni (2016), apontando as falhas por ordem de prioridade. Os produtores de Pelotas (RS) apontam que, por problemas geográficos e de paralisação por greves, há dificuldade no escoamento da produção por falta de mercados em sua proximidade, ou seja, a destinação final do produto é dificultada e até há necessidade de, em alguns casos, de descarte dos produtos. O volume irregular de compras é outro entrave apontado pelos produtores.

Em sua dissertação, Dos Reis (2017) analisou a execução do PAA em São José do Ribamar (MA). O autor confirma que, de acordo com os produtores, houve uma melhoria de vida e economia das comunidades. Tal melhoria possibilitou a aquisição de maquinários e insumos para a produção, expandindo e diversificando a produção. Quanto as deficiências, é apontado a falta de fiscalização, que possibilita o cadastro de “falsos” agricultores. O prazo para o pagamento dos agricultores nem sempre é cumprido como deveria, gerando atrasos de meses para a execução do pagamento. Outro entrave é a

limitação da aquisição dos produtos, havendo a necessidade de outros meios para escoamento da produção como em feiras.

Através dos estudos realizados foi possível montar a tabela a baixo que demonstra alguns avanços e entraves encontrados no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA):

Tabela I: Avanços e Entraves:

| Avanços | Entraves |
|---|--|
| Formação de associações e cooperativas | Falta de divulgação do Programa |
| Instabilidade de Produção | Seleção dos Agricultores Beneficiários |
| Multiplicação das vias de comercialização | Documentação Imposta para acesso |
| Diversidade de Produção | Aspectos operacionais e logísticos |
| Garantia de Venda dos Produtos | Atraso na Liberação dos Recursos |
| Melhoria na Segurança Alimentar | Dificuldade no Transporte |
| Aumento do Volume de Comercialização | Falta de Assistência Técnica |
| Facilidade da Comercialização | Estrutura de Armazenamento e conservação |
| Estímulo da Reorganização | |

Fonte: Elaboração dos autores.

CONCLUSÃO

O PAA promove um crescimento na melhoria de vida e trabalho dos produtores agrícolas, aumentando sua renda e possibilitando a aquisição de novos insumos e maquinários, possibilitando a diversificação na produção de alimentos, cultivando novas culturas.

Nos diversos trabalhos lidos para basear esta análise, o problema mais frequente que os produtores enfrentavam é a dificuldade de agregação de valor aos produtos, sendo esta atividade possível apenas para aqueles produtores com maior aporte técnico. Falta de acesso ao seguro agrícola e também a falta de fomento financeiro prévio para o plantio são problemas vistos como agravantes para aqueles produtores ditos como marginalizados, sendo sujeitos a total perda de sua produção e também a uma queda de produção por falta de base financeira para aplicação de tecnologias para aumentar sua produtividade.

É possível perceber que, na maioria das regiões, houve um fortalecimento da agricultura familiar e o desenvolvimento social, levando em conta a segurança alimentar dos envolvidos no programa, para os agricultores o outro benefício é a segurança financeira, eles têm a compra garantida de seus produtos.

Um ponto negativo do programa é a falta de fiscalização, que permite a entrada de falsos agricultores cadastrados, outro fator é o atraso de pagamentos e a dificuldade de regularização de repasse, assistência técnica e acompanhamento de quem de fato tem correspondido as atribuições destacadas na adesão ao programa. O PAA é uma alternativa funcionalista, mas não é uma mudança estrutural emancipatória e revolucionária na vida dos agricultores.

Uma maneira de estruturar melhor essa política é aumentar a fiscalização nas propriedades participantes do programa, avaliando sua efetividade e tendo mais contato com o agricultor familiar, montar uma equipe de assistência técnica que possa auxiliar o produtor em suas atividades e evitar atrasos de pagamento instituindo regras para os integrantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BITTENCOURT, G. A; PERACI, A. S. **A Agricultura Familiar e os programas de garantia de preços no Brasil: O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Mundo do Trabalho, Revista Pegada – vol. 18 n.1 86 Abril/2017.

BORGUINI, R. G.; TORRES, E. A. F. S. **Alimentos orgânicos: qualidade nutritiva e segurança do alimento**. In: Segurança Alimentar e Nutricional, v. 13, n. 2, p. 64-75, 2006.

BRASIL. **Balço de Avaliação da Execução do Programa de Aquisição de Alimentos –PAA 2003 a 2010**. Brasília, DF, 2010.

BRASIL. Companhia Nacional de Abastecimento. **Programa de Aquisição de Alimentos: resultados das ações da Conab em 2012**. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/13_02_07_08_31_25_sumario_executio_07_02_13.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2017.

BRASIL. Companhia Nacional de Abastecimento. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): resultado das ações da Conab em 2013**. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/15_03_23_15_42_31_sumarioe_xecutivo_12.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2017.

BUAINAIN, A. M.; BATALHA, M. O. Cadeia produtiva de produto orgânicos. Série Agronegócios, **Ministério da Agricultura, Pesca e Abastecimento, Secretaria de Política Agrícola e Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura**, v. 5. Jan, 2007.

CONAB (Brasil) (Org.). **Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar: Renda para quem produz e comida na mesa de quem precisa**: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - Mds, 2012. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/CARTILHA_PA_A_FINAL.pdf>. Acesso em: 15 maio 2018.

CONAB. Disponível em:< <http://www.conab.gov.br/detalhe.php?a=1135&t=2>> Acesso em: 18 dez. 2017.

CORDEIRO, A. **Resultados do programa de aquisição de alimentos – PAA: a perspectiva dos beneficiários**. Brasília: CONAB, 2007.

CORRÊA, F. C. M. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): Uma comparação entre Dois estados do Brasil.** Brasília/DF. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Curso de Pós-Graduação em Agronegócios, 2008.

FLATEN, O. et al. **Norwegian farmers ceasing certified organic production: characteristics and reasons.** In: Journal of Environmental Management, v. 91, n. 12, p. 2717-2726. 2010.

GRANDO, M. Z.; FERREIRA, G. S. da. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e sua relação com o Rio Grande do Sul. 113. ed. Porto Alegre: **Fundação de Economia e Estatística**, 20 p. 2013.

GRISA, C.; SCHMITT, C. J.; MATTEI, L. F.; MALUF, R. S.; LEITE, S. P. **Alimentos (PAA) em perspectiva: Apontamentos e Questões para o Debate.** Retratos de Assentamentos, Rio de Janeiro, v. 13, p.137-164, ago. 2010.

LAMOUNIER, B. (Coord.). **Determinantes políticos da política agrícola: um estudo de atores, demandas e mecanismos de decisão.** IPEA: estudos de política agrícola n.9, 1994. 58p.

MARQUES, P. E. M.; MOAL, M. F.; ANDRADE, A. G. F. **Programa de Aquisição de Alimentos em São Paulo: Proximidade em questão.** In: RURIS, S.l, v. 8, n. 1, p.63-86, mar. 2014.

MOREIRA, R. R. **Programa de Aquisição de Alimentos: Manual Operativo-Modalidade Compra com Doação Simultânea Operação por meio de Termo de Adesão.** S.l: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - Mds, 2014. Disponível em:<http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/manualPAA.pdf>. Acesso em: 22 maio 2018.

MULLER, A. L. **A Construção das Políticas Públicas para a Agricultura Familiar no Brasil: O Caso do Programa de Aquisição de Alimentos.** 2007. 132 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

OLIVEIRA, J. A. **Políticas Públicas para a Agricultura Familiar: o Caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Estado de São Paulo, Brasil.** 2015. 100 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Unesp, Rio Claro, 2015.

PADUA-GOMES, J. B.; GOMES, E. P.; PADOVAN, M. P. **Desafios de comercialização de produtos orgânicos oriundos da agricultura familiar no estado de Mato Grosso do Sul.** In: Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Rural, Taubaté, Sp., v. 12, n. 1, p.132-156, maio 2016.

PAULA, A. M.; GÓMEZ, J. R. M.; TRACZ, C. A. M. **Novo ciclo neoliberal no brasil: desmontando as políticas públicas para a agricultura camponesa.** In: Revista Pegada, Df, v. 18, n. 1, p.57-88, maio 2017.

REIS, A. J. C. R. **Agricultura Familiar, Segurança Alimentar e Políticas Públicas: Análise da Execução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na comunidade Itapari/Panaquatira do município de São José de Ribamar/MA no período de**

2011 a 2015. 2015. 118 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luis.

SIMÃO, G. L. et al. **Políticas Públicas de desenvolvimento local e adensamento de capital social: análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em quatro municípios de Minas Gerais.** In: Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, v. 10, n. 1, p.288-306, jun. 2017.

SODRÉ, M. T.; SALAMONI, G. A **Coexistência Do Pensamento Cartesiano E Sistêmico: As Limitações Territoriais Enfrentadas Pelo PAA E PNAE Em Pelotas/Rs.** In: Sociedade & Natureza, [S.L.], V. 28, N. 3, P.457-471, Dez. 2016.

TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, S. **Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo à produção.** In: Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 19, n.4, pp. 933-945, 2010.

VILCKAS, M.; NANTES, F. D. **Agregação de valor: uma alternativa para a expansão do mercado de alimentos orgânicos.** In: Organizações Rurais e Agroindustriais, v. 9, n. 1, 2007.